

Governo anunciará pacote após a definição do mandato

BETH CATALDO
Enviada Especial

CARACAS — O Governo espera apenas a definição do quadro político e institucional do País, a partir das decisões da Assembléia Nacional Constituinte, para promover cortes de despesas públicas equivalentes a 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB). São medidas consideradas imprescindíveis pela área econômica do Governo, sem as quais, na avaliação dessa equipe, não seria possível controlar o processo inflacionário brasileiro e muito menos normalizar as relações do País com a comunidade financeira internacional.

As dificuldades políticas enfrentadas pelo Governo Sarney, particularmente com relação à definição do sistema de Governo e à duração de seu mandato, mantiveram em suspenso as providências de ajustes interno. A expectativa inicial da área

econômica era de que, à essa altura, o Governo já tivesse colocado em prática os cortes nas despesas públicas, capazes de reduzir significativamente o déficit público brasileiro.

Com o início da etapa decisiva da Assembléia Constituinte, a orientação adotada pelo Governo foi aguardar a superação dessa fase, para não conturbar o processo de negociação política do Presidente Sarney com os Constituintes. Essa demora em relação ao cronograma original da equipe econômica, entretanto, torna mais amargos os remédios para o ajuste da economia, como deixaram claro fontes ouvidas ontem pelo GLOBO, na medida em que serão necessários cortes mais drásticos para produzir o mesmo efeito pretendido inicialmente.

As medidas estudadas pela área econômica passam pela redução das despesas com pessoal na área pública, mas atingem também outros gastos de custeio e de investimento.

Mas não se cogita mais de um simples congelamento da aplicação da nos reajustes dos salários dos funcionários públicos, diante da evidência de que não há condições políticas de se optar por esse caminho. Pelos mesmos motivos políticos está afastada também a possibilidade de aumento de impostos, mesmo que tecnicamente fosse uma das opções mais recomendadas pela área econômica.

Embora considerem que a margem de manobra é muito pequena e que terão de enfrentar muitas restrições para executar o processo de ajuste da economia que considera necessário, a equipe do Ministro da Fazenda considera que não há como escapar das medidas de corte de despesas. Sem isso, cairia por terra todo o cronograma de trabalho montado por essa equipe atual.

Os assessores do Ministro da Fazenda acreditam que sem um programa

rigoroso de ajustamento da economia, com a inclusão de cortes rigorosos nas despesas, estaria comprometidos, de início, o acordo de médio prazo com os bancos credores privados, que colocam as medidas internas como estímulo indispensável para que o acordo receba a adesão da maioria dos credores.

Sem o programa de ajustamento, que afaste a ameaça de exacerbação da inflação que restaure o prestígio do País junto à comunidade financeira internacional, acreditam os assessores de Mailson da Nóbrega, fica difícil, também, o equacionamento do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), do qual dependem, por sua vez, o restabelecimento das relações com o Clube de Paris e o acesso aos financiamentos oferecidos pelos japoneses para reativar os investimentos na economia brasileira.